

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**

**TOMÁS VAZ MARTINS SILVA**

**EVIDENCIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:  
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE UMA EMPRESA COM FOCO NA  
ADOÇÃO DO SPED CONTÁBIL PARA TOMADA DE DECISÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Msc. Márcia Bianchi

Porto Alegre

2012

# EVIDENCIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE UMA EMPRESA COM FOCO NA ADOÇÃO DO SPED CONTÁBIL PARA TOMADA DE DECISÃO

Tomás Vaz Martins Silva<sup>1</sup>

Márcia Bianchi<sup>2</sup>

## RESUMO

O domínio da Escrituração Contábil Digital (ECD) não é somente uma tarefa para especialistas em gestão de arquivos digitais, mas dos profissionais da área contábil, porque dela pode-se auferir benefícios, como a análise mais confiável das Demonstrações Contábeis, bem como uma maior paridade com os critérios fiscalizatórios da Receita Federal do Brasil (RFB). Assim, o objetivo deste estudo é analisar o desempenho da empresa do ramo de brinquedos após a adoção do SPED Contábil através da evidenciação das Demonstrações Contábeis. Para isso essa pesquisa, que se classifica como um estudo de caso utilizando a pesquisa exploratória, a fim de avaliar no contexto econômico e contábil da organização e os aspectos qualitativos e quantitativos de seus resultados. Os dados coletados foram retirados de fatos contábeis reais, mas indexado para proteger o sigilo das informações. O estudo mostra que há vantagens na adoção do SPED Contábil como ferramenta que não somente desenvolve Demonstrações Contábeis, mas, também, fornece informações mais confiáveis por estarem de acordo com os parâmetros da RFB. Dentre as vantagens estão a facilidade no guardo dos livros digitais pelo repositório digital da RFB e a adequação às suas exigências. Além disso, o fornecimento de Demonstrações Contábeis com contas analíticas e sintéticas pelo ECD permite uma análise mais detalhada e um melhor entendimento da situação patrimonial da organização. Enfim, permite a tomada de decisão com maior acurácia.

**Palavras-chave:** Escrituração Contábil Digital. Demonstrações Contábeis. Desempenho.

## ABSTRACT

The domain of the Digital Bookkeeping is not only a task for specialists' on digital archives management, but of the professionals of the accounting, because of it we may receive benefits, as the trustable analysis of the Financial Statements and the grater parity with the criteria for enforcement of the Federal Revenue of Brazil. So, the aim of this study is to analyze the performance of the company of the toy wholesale, after the adoption of the Accounting Digital Bookkeeping through the manifestation of the Financial Statements. For this, this research, judged as case study will be used the exploratory research, to assess in the accounting e economic context of the company the qualitative and quantitative aspects of the results. The assembled data were taken from real accounting facts, but indexed to protect the secrecy of the information's. The study shows that there are many advantages in the adoption of the Digital Bookkeeping not only as a tool that develops Financial Statements, but also it supplies more trustable information for being in keeping with the parameters of the Federal Revenue of Brazil. Between the advantages are the easily of the digital archives save by

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (tvazmartins@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Doutoranda em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (marcia.bianchi@ufrgs.br)

repository of the Federal Revenue of Brazil and the harmonization with their demands. In addition, reporting of the Financial Statements with the analytical and synthetic account by the Digital Bookkeeping allows a more detailed analysis and a better understanding of the financial situation of the organization. Finally, it allows the decision making with more accuracy.

**Keywords:** Digital Bookkeeping. Financial Statements. Performance.

## 1 INTRODUÇÃO

Mais do que gerar relatórios e escriturar fatos contábeis, o profissional da área contábil precisa estar constantemente atualizado no intuito de conhecer com maior profundidade as informações que gera e transmite aos gestores da organização. No que é atinente a tais informações, percebe-se que uma das maiores dúvidas dos administradores das empresas é a utilidade das declarações que atualmente são exigidas pelos órgãos governamentais. Além da sua obrigatoriedade de entrega para fins fiscalizatórios, aliados à falta de preparo das empresas para gerar tais informações, tanto em função do tempo dispendido para a aquisição do conhecimento para confeccioná-las, quanto pelo montante desembolsado inicialmente, a fim de adequar toda organização à transmissão e gestão de informações pelo meio digital.

A partir do surgimento da Escrituração Contábil Digital (ECD), o trabalho do mundo dos negócios ficou mais fácil, uma vez que este instrumento pode auxiliar os administradores a tomar decisões e a se relacionarem melhor com os entes envolvidos nas suas negociações, como frisa Ortega e Pilenghy (2001, p. 9) “a ECD como todo o projeto do SPED, é mecanismo de revolução na área contábil, e os reflexos dessa revolução estão presentes nos relacionamentos fisco e empresa, com clientes, fornecedores, entre outros.” Isso significa que os gestores terão em suas mãos maior segurança e credibilidade no tocante às escriturações e Demonstrações Contábeis.

Em contraposição, as empresas devem ficar atentas às fiscalizações da Receita Federal do Brasil (RFB), posto que quanto melhor é a tecnologia disponibilizada para a confecção de escriturações e declarações, mais rápida, efetiva será a fiscalização e mais visíveis ficarão os resultados das políticas adotadas pelos administradores.

No intuito de propiciar maiores usos de ferramentas disponibilizadas aos contribuintes, este estudo, busca avaliar o desempenho de uma empresa do ramo do brinquedo após sua inserção na Escrituração Contábil Digital (ECD). Para isso, é necessário avaliar o

uso de arquivos digitais à confecção das Demonstrações Contábeis, não somente no que tange aos desafios e benefícios que essa prática pode trazer à empresa, mas também no tocante aos procedimentos contábeis adotados para adaptá-las ao ambiente digital da Receita Federal do Brasil.

O artigo está distribuído em introdução, referências teóricas sobre o Sistema Público de Escrituração Digital e seus projetos e estudos relacionados ao assunto. Posteriormente são expostos os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa e análise na avaliação do desempenho da empresa. Ao final, serão evidenciadas as análises feitas nas Demonstrações Contábeis e as considerações finais sobre o assunto, com base no resultado obtido pelas avaliações.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção abrange o Sistema Público de Escrituração Digital, a Nota Fiscal Eletrônica, as Escriturações Fiscal Digital e Contábil Digital, o Plano de contas referencial, o processo de certificação digital, Evidenciação Contábil, a Metodologia e os estudos relacionados ao tema, objeto de estudo.

### **2.1 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)**

Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi instituído pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2007 – 2010), através do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, tendo como objetivo estreitar a relação entre o fisco e contribuintes. O objetivo do SPED é facilitar o cumprimento das obrigações acessórias utilizando a certificação digital como assinatura, que garante a validade jurídica dos documentos em meio digital (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2007).

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Sistema Público de Escrituração é “uma solução tecnológica que oficializa os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais dentro de um formato específico e padronizado.” O SPED propicia também, promove o compartilhamento de informações e melhora o ambiente de negócios no País, provocando interferência mínima no ambiente do contribuinte (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2012, p. 1).

O projeto do Sistema Público de Escrituração Digital é uma iniciativa de integração entre as esferas governamentais, sendo elas, os municípios, os estados e o governo federal.

Essa integração assenta em três grandes projetos: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a Nota Fiscal Eletrônica em Ambiente Nacional (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2009). Têm-se outros projetos em produção: EFD – Contribuições, E-Lalur, EFD – Social e a Central de Balanços.

O maior objetivo, além das parcerias entre o fisco e empresas privadas para identificar soluções para o melhor cumprimento das obrigações acessórias, é a transparência mútua, a fim de trazer reflexos positivos na sociedade, tornando mais rápida a identificação de ilicitudes tributárias com o acesso a informações com mais rapidez, em uma Auditoria eletrônica, baseada na gestão de arquivos eletrônicos (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2009).

Em resumo, segundo Eckert *et al.* (2011, p. 5), o SPED tem o objetivo de “propiciar um melhor ambiente de relações de negócios para as empresas no país, eliminando a concorrência desleal entre as companhias. Para a RFB, através desse novo sistema há uma melhor no controle tributário, pelo cruzamento de dados contábeis e fiscais, eliminando informações redundantes dos contribuintes”. Em outras palavras, além de ser um método fiscalizatório efetivo, ele auxilia o tomador de decisão a ter melhores resultados na sua análise, baseando-se em dados mais confiáveis e em uma gestão lícita.

### **2.1.1 Nota Fiscal Eletrônica**

Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) foi desenvolvida juntamente com as secretarias de fazenda dos estados e a Receita Federal do Brasil, com a assinatura do Protocolo ENAT 03/2005 de 27 de agosto de 2005 (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2005). Ainda, de acordo com a Receita Federal, o objetivo do projeto da Nota Fiscal Eletrônica é substituir as notas fiscais emitidas em papel pelo meio digital, a fim de tornar as obrigações acessórias do contribuinte mais simples e possibilitar ao Fisco o acompanhamento em tempo real das operações realizadas pelo mesmo.

Inicialmente, o objetivo é substituir as notas fiscais em papel do tipo A ou 1A e facilitar as operações com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Além disso, o projeto visa trazer maior confiabilidade para a nota fiscal, maior compartilhamento e melhoria dos processos envolvendo informações com o fisco reduzem custos relacionados no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização, aumenta e arrecadação e diminui a sonegação, incentiva o meio ambiente ajudando a eliminar o uso do papel, incentiva o uso de novas

tecnologias e o comércio eletrônico e incentiva a relação eletrônica entre os fornecedores (PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA, 2005).

O processo de confecção da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) caracteriza-se pela geração de um arquivo eletrônico pela emissora contendo todas as informações comerciais e fiscais, que deverá ser assinado digitalmente com a intenção de manter a integridade dos dados e autoria do emissor. A Receita Federal do Brasil mantém um repositório das NF-e emitidas, além das Secretarias da Fazenda dos Estados disponibilizarem um modo de consulta para essas notas, desde que se tenha o código da NF-e, composto por 44 números, que identificam o documento emitido como único. Além disso, existe a Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), que pode ser impressa em papel comum numa única via, a fim de acompanhar as mercadorias no transporte contendo o código dos 44 números identificando a NF-e, protocolo de Autorização e data do evento (PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA, 2005).

### **2.1.2 Escrituração Fiscal Digital (EFD)**

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) é um arquivo digital constituído pelas escriturações dos documentos fiscais e seus respectivos impostos, além de outras informações que sejam do interesse da Receita Federal do Brasil e das Unidades de Federação. Esse arquivo será assinado digitalmente e transmitido via internet no ambiente SPED (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2010).

A EFD foi instituída pelo Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006. Esse Convênio considera a “EFD válida para efeitos fiscais após a confirmação do recebimento do arquivo que a contém (...), observando os padrões fixados para o ambiente nacional SPED” (ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL, 2006, p. 1).

A EFD funciona da seguinte maneira: a empresa cria um arquivo digital de acordo com o formato estabelecido no Ato COTEPE Nº 09, de 18 de abril de 2008 e alterações posteriores, onde serão informadas todas as operações fiscais e de interesse dos fiscos federal e estadual, no que se refere às instâncias estadual e federal relativa à apuração dos impostos ICMS e o Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI). Após a verificação da exatidão das operações, o arquivo deverá ser submetido a importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA). A periodicidade entrega desta declaração é mensal e as empresas obrigadas a declarar o SPED Fiscal são divulgadas pela Receita Federal do Brasil, sendo que as Micro e Pequenas Empresas, incluindo aquelas cujo regime de tributação dá-se pelo

Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2010).

### **2.1.3 Escrituração Contábil Digital**

O SPED Contábil é uma ferramenta cuja função é substituir a impressão em papel de livros contábeis pela gestão de arquivos digitais. Essa declaração substituirá os livros Diário, Razão e seus respectivos auxiliares, quando for o caso; Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2007).

A Instrução Normativa RFB Nº 787 de 19 de Novembro de 2007 institui a obrigação de entrega dessa declaração, bem como algumas prerrogativas relacionadas, por exemplo, a necessidade de assinatura com cartão digital do tipo A3 (CNPJ) para a sua entrega (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2007).

A Portaria RFB Nº 11.211 de 7 de Novembro de 2007 dispõe de entrega de empresas, a partir de 1º de janeiro de 2008, às sociedades empresárias com acompanhamento econômico-tributário diferenciado. Às empresas sujeitas à tributação do imposto de Renda com base no Lucro Real a obrigação de entrega do SPED Contábil pelo mesmo prazo, de acordo com a Redação dada pela Instrução Normativa RFB Nº 926, de 11 de março de 2009 (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2007).

### **2.1.4 Plano de Contas Referencial**

Na Escrituração Contábil Digital, a única preocupação não é somente com o conhecimento em contabilidade: efetuar os lançamentos contábeis de acordo com base na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) torna-se importante na fiscalização das empresas. Além disso, o Plano de Contas Referencial estabelece uma relação entre as contas analíticas do plano de contas das empresas e um padrão, cujo objetivo é possibilitar a eliminação de fichas da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (DIPJ) (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2009).

Essa ideia surgiu publicamente com o advento do Ato Declaratório Cofis nº 20/09, que mostra como preencher corretamente o arquivo para que seja reconhecido pelo validador do SPED. A referenciação das contas é facultativa, contudo quem optar por fazê-la pode consultar o plano de contas de Receita Federal do Brasil, cujo conteúdo é comentado e

separado pelo tipo de atividade econômica da empresa, com o seu conteúdo anualmente atualizado (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2009).

### **2.1.5 Procedimento de Validação e Entrega do SPED Contábil**

Antes de fazer a validação do SPED Contábil, o mais importante é referenciar as contas. Apesar de não haver obrigatoriedade para essa identificação por parte da Receita Federal do Brasil, esse procedimento é fundamental para evitar falhas decorrentes da escrituração. A referência pode ser efetuada por programas específicos desenvolvidos para os profissionais da área contábil. Depois de efetuada essa referência de contas, importa-se a escrituração contábil do programa de contabilidade para o Programa Assinador e Validador (PVA) (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2008).

Após a importação do arquivo que contém a escrituração, cujo tamanho do arquivo não pode ultrapassar 1GB, faz-se a validação dos dados. Se a escrituração contiver erros não será permitida a assinatura e respectiva entrega dos livros contábeis digitais. Caso a validação incorra em avisos, a entrega pode ser efetuada (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2008).

A entrega do SPED Contábil é de extrema importância, sendo necessários dois signatários: o profissional contábil e uma pessoa física registrada na Junta Comercial com poderes para a prática do ato. Os certificados usados para a assinatura são somente e-PF ou e-CPF com segurança mínima A3 (cartão digital identificando a organização pelo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)). Pode haver tantos signatários quanto for necessário ou desejado, contudo, estes assinam antes dos profissionais contábeis habilitados pelo Conselho Regional de Contabilidade. A procuração também pode permitir a assinatura dos livros contábeis, desde que o fato esteja registrado na Junta Comercial. Após seguir esses passos, pode-se proceder com a transmissão do arquivo para o banco de dados da Receita Federal do Brasil (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2008).

### **2.1.6 Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e)**

O Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) é um documento cuja existência dá-se somente em ambiente digital, portanto emitido e armazenado eletronicamente, com o objetivo de documentar para fins de natureza fiscal a prestação de serviços de transporte de cargas realizada por qualquer modal (Rodoviário, Aéreo, Ferroviário, Aquaviário e Dutoviário). Assim como na NF-e, sua validade está garantida pela assinatura digital do



emitente e pela Autorização de uso pelo Fisco (PORTAL DO CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO, 2009).

Sua criação foi celebrada pelo Ajuste SINIEF N° 09, de 25 de outubro de 2007. Segundo a Cláusula Primeira, o CT-e substitui os seguintes documentos relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS): Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, Conhecimento Aéreo, Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, Nota Fiscal de Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas e Nota Fiscal de Serviços de Transporte, quanto da utilização no transporte das cargas (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2007).

No transporte de mercadoria há também um documento que as acompanha: o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico (DANCTE). Esse documento, assim como na DANFE, pode ser impresso em papel comum e possui a chave numérica de 44 códigos.

Para a sua validade fiscal as Secretarias da Fazenda dos Estados utilizam alguns critérios para a validação como a assinatura digital, cuja integridade mantém mediante reconhecimento de responsável para emitir o CT-e, o leiaute que mantém o documento livre de falhas no preenchimento de dados, a numeração do CT-e para verificar se o documento já não foi emitido e o Emitente Autorizado, verificando se a empresa está credenciada para a emissão de Conhecimento de Transporte Eletrônico.

## 2.2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

De acordo com Iudícibus (2009, p. 3) a função da Contabilidade é “ser capaz e responsável pela apresentação de cadastro de informações totalmente diferenciada, para cada tipo de usuário”. Sendo assim, deduz-se que as Demonstrações Contábeis vão além da obrigatoriedade de execução em conformidade com as normas. Os usuários desses resultados gerados pelas empresas querem a sua essência, ou seja, os detalhes das decisões, os desafios, as projeções de venda e compra dentre outros aspectos gerenciais constantes na apresentação desses demonstrativos.

De fato é exatamente isso que o CPC 26 explica sobre a finalidade das demonstrações: “[...] apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 26, 2011, p. 6). Em outras palavras, aprender a usar a

contabilidade como uma ferramenta que conta uma história e fazer com que o profissional contábil evidencie a situação financeira através da correta classificação pela essência dos acontecimentos.

Para que seja feita essa evidenciação da maneira correta, além de seguir as normas contábeis o contador deve valer-se de importantes aliados, como as notas explicativas. Elas mostram tudo àquilo que Demonstração Contábil não abrangeu dando às informações quantitativas, características qualitativas que as expressam de maneira mais clara. Além disso, de acordo com Iudícibus *et al.* (2010), pode-se usar o Relatório de Administração para mostrar aos usuários decisões de caráter bastante relevante como investimento em outras sociedades, taxas de juros de obrigações no longo prazo, ajustes de exercícios anteriores, eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que possam ter efeito considerável na situação financeira da empresa, dentre outros.

Em suma, o profissional deve “[...] traçar um perfil do investidor médio e verificar em cada circunstância de espaço e tempo, a qualidade e a quantidade de informação que pode digerir” (IUDICIBUS, 2009, p. 111). Ou seja, o usuário deve ter acesso não somente ao informativo quantitativo, pois a maior riqueza da empresa está na qualidade das informações que ela presta em seus demais relatórios cuja especificidade dos dados torna o prognóstico mais claro, detalhado e consistente para com os objetivos da organização.

### **2.3 ESTUDOS RELACIONADOS**

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é um assunto amplamente abordado no que tange aos aspectos teóricos, ou seja, estudos de casos reais ainda são raros, devido ao fato de ser um sistema de comunicação digital com contribuintes, fornecedores e órgãos governamentais ainda incipientes.

O artigo de Novaes e Bucker (2010) trata da importância do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), com foco na Escrituração Contábil Digital (ECD). Nesta pesquisa, os autores pretenderam mostrar as vantagens da adoção desta escrituração às empresas que ainda não estão obrigadas a remetê-la. Com base na teoria sobre o ECD eles perceberam que, através da entrevista com o Coordenador de atendimento contábil da empresa Informática, os escritórios e clientes possuíam infraestrutura para receber o SPED Contábil, entretanto o fato do uso do plano de contas referencial ser facultativo poderia trazer falhas na escrituração contábil. Os autores concluíram que o trabalho do profissional contábil

é de extrema importância para as empresas, no que tange à boa gestão da Escrituração Contábil Digital, quando utilizada com ética e responsabilidade.

Outra abordagem sobre o ambiente SPED foi realizada por Wessling (2011) onde buscou identificar os impactos e contribuições que o SPED trouxe para os profissionais da área contábil, no que se refere às informações contábeis e gerenciais. A pesquisa foi fomentada com a entrevista feita a 33 profissionais da área contábil na cidade de Francisco Beltrão no Estado do Paraná, e os resultados mostram benefícios e avanços com o surgimento do SPED, como a maior riqueza da informação gerada subsidiando a tomada de decisão, confiança nas informações contábeis e enriquecimento ao trabalho do profissional contábil.

Jacinto (2011), em seu estudo, teve a intenção de evidenciar os benefícios e dificuldades para a empresa de nome fictício ABC adequar-se ao SPED Contábil. Através do método qualitativo de pesquisa, concluiu-se que a adoção da ECD proporcionou redução de custos com impressão, a entrega de livros contábeis via eletrônica e o aumento do acesso dos profissionais à RFB. Contudo, os contadores não tem boa formação profissional, pouco investimento em cursos de capacitação, além da pouca exigência à ascensão de novos profissionais a um cargo na contabilidade. Também foi evidenciado que a ABC não confia no sistema contábil que possui, devida à demora na resolução de problemas e a necessidade do profissional ter de rever a escrituração digital, a fim de corrigir certos erros gerados no momento da entrega da Declaração atinente ao exercício de 2010.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: (a) pela forma de abordagem do problema, (b) de acordo com seus objetivos e (c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

No que tange à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como quantitativa e qualitativa. Quantitativa no sentido da busca pelos resultados das análises que serão efetuadas para definir se há vantagem competitiva com o uso do SPED Contábil como ferramenta na tomada de decisão. Segundo Raupp e Beuren (2006, p. 92): “[...] pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos [...]”, ou seja, apesar dos resultados financeiros serem importantes é necessário que haja a sua reflexão. Assim, a pesquisa qualitativa vai fazer a análise e julgamento dos dados coletados, atestando

ou não a eficácia do SPED Contábil como parâmetro às decisões dos Contadores e Administradores de Empresas.

Com relação aos objetivos, esta pesquisa é exploratória, porque os resultados de análises práticas de Demonstrações Contábeis e SPED Contábil possuem uma relação para com o contexto social e econômico da empresa. Para Cervo e Bervian (2002 p. 69), “a pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma.” Além disso, o objetivo é aprofundar-se no estudo, evitando manter somente uma explicação sobre o mesmo ou uma retirada de dados de estatísticas: o resultado prático ajudará as empresas a obterem uma nova visão sobre essa declaração e entender melhor a sua utilidade.

No que se refere aos procedimentos técnicos utilizados, caracteriza-se como estudo de caso único (YIN, 2010), por envolver uma empresa do ramo de comércio de brinquedos, chamada pelo nome fictício “Divertiquedo Comércio de Brinquedos Ltda”.

Os dados foram coletados a partir do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício e abrangeu o período de 2008 a 2011. As informações das demonstrações contábeis de 2008 e 2009 foram extraídas do sistema contábil da empresa, no formato elaborado pelo contador da mesma e os anos de 2010 e 2011 foram retirados do SPED Contábil.

Ressalta-se que, para a análise dos dados, foi preservado o sigilo corporativo. Por isso, a partir dos dados reais (valores das contas contábeis) foi aplicado um indexador. Logo, os valores apresentados na seção 4 estão indexados.

#### **4 ANÁLISE DOS DADOS**

Nesta seção, os resultados são analisados de acordo com os procedimentos estabelecidos na seção 3. A análise é realizada através do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), considerando os exercícios de 2008 a 2011. Inicialmente, serão mostrados e explicados os significados da análise de índices financeiros como os de liquidez e lucratividade. A seção finaliza com uma consideração final sobre os resultados encontrados.

#### 4.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A organização Divertiquedo foi escolhida pelo fato de passar por uma importante transição: ela está deixando de ser uma empresa que gera informações somente à satisfação do Fisco para uma organização profissional, onde os resultados são influenciados pela política de gestão da organização sem a priorização do governo no momento da geração da informação. Ela possui mais 20 filiais espalhadas pelo Rio Grande do Sul, com foco em Porto Alegre e São Leopoldo. O crescimento constante e a quantidade de informações, aliadas aos cumprimentos das exigências governamentais, provocaram a obrigatoriedade de entrega do SPED Contábil, com início em 2010.

O investimento que está sendo desenvolvido pela empresa é uma comunicação totalmente integrada entre o setor comercial, financeiro, administrativo, contábil, de controladoria e gerencial. A pesquisa de Jacinto (2011) se identifica, em partes, com a empresa em questão, porque ela não confiava no seu sistema contábil, financeiro e comercial devido à falta de comunicação entre os três. Para isso, o primeiro sistema a ser modificado foi o contábil, que está integrado ao fiscal e à folha de pagamento.

Com esses investimentos no SPED Contábil, desde o final de 2009, a empresa estava pronta não somente para o recebimento desta escrituração digital, mas também para gerar informações mais detalhadas como escopo para tomada de decisão. Além disso, o custo para o investimento no SPED Contábil está sendo grande, pois juntamente com este, estão sendo desenvolvidas ferramentas para outras escriturações como o SPED Contribuições e o SPED Fiscal.

Ao passo que a classificação de contas contábeis era feita para que estivessem de acordo com o Plano de Contas da Receita Federal do Brasil, foi percebido que o SPED Contábil fazia com que os profissionais da contabilidade entendessem melhor as contas, compreendessem seu funcionamento e conseguissem desenvolver Demonstrações Contábeis de maior qualidade.

A empresa que possui o intuito de tomar decisões mais confiáveis sentia necessidade de um instrumento que desse mais confiança para os resultados, com uma margem de erro menor, senão nula. Os administradores alegavam que a necessidade era conhecer os dados nos seus mínimos detalhes, a fim de analisá-los e tomar as decisões que lhes fossem apropriadas no momento.

Como ponto importante a ser considerado, as Demonstrações Contábeis de 2009 tem um perfil diferenciado das características habituais da empresa: nesse exercício, foram

adotadas políticas com relação ao fato de algumas filiais terem ocasionado visível prejuízo e foram desativadas ou mudadas de local, a fim de melhorar os resultados futuros. Além disso, foi o ano do surgimento da Substituição Tributária do ICMS nos brinquedos. É um exercício consumido por muitos gastos atrelados a investimentos para iniciar uma grande expansão, que continua a ser efetuada, objetivando maior espaço no mercado de brinquedos.

#### 4.2 AVALIAÇÕES DE DADOS

A Tabela 1 a seguir evidencia a análise horizontal da empresa nos anos de 2008 a 2011. Ela demonstra o crescimento das receitas ao longo dos exercícios sociais e seu detalhamento quando do surgimento da Substituição Tributária (ST) nos brinquedos em 2010 e 2011.

**Tabela 1 – Vendas por período: Análise Horizontal**

Indicador/Ano	2008	2009	A.H. 2009	2010	A.H. 2010	2011	A.H. 2011
	(1)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Receita Operacional	13.678.747,08	13.408.796,32	98,03	21.648.017,78	158,26	28.233.090,28	206,40
Venda à vista s/ST				1.695.968,63		1.961.912,51	
Venda a prazo s/ST				221,37			
Venda à vista c/ST				18.912.061,56		26.107.005,55	
Venda a prazo c/ST				1.039.766,22		164.172,22	

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Nota: (1) Valores expressos em moeda nacional do ano corrente, Reais (R\$); (2) Índice expresso em percentual (%).

A Tabela 1 evidencia, inicialmente, que as vendas aumentaram 106%, entre 2008 e 2011, em função dos investimentos que estão sendo feitos com o desenvolvimento da empresa e a criação de novas filiais. Também é possível notar que entre 2008 e 2009 o sistema contábil não fornece dados para poder identificar a composição das vendas e se há alguma mudança nelas. Visualiza-se, um aumento nas vendas com substituição tributária do ICMS à vista (ao consumidor final).

A Tabela 2 expressa a participação das vendas com Substituição Tributária em relação aos exercícios de 2008 a 2011. Há de se considerar que as Vendas a Prazo sem Substituição Tributária em 2010 atendem a um percentual inferior a 0,01 % das Vendas Totais do exercício ao qual está relacionada.

**Tabela 2 – Vendas por período: Análise Vertical**

Indicador/ Ano	2008	2009	AV 2009	2010	AV 2010	2011	AV 2011
			(1)		(1)		(1)
Receita Operacional	13.678.747,08	13.408.796,32	100,00	21.648.017,78	100,00	28.233.090,28	100,00
Venda à vista s/ST				1.695.968,63	7,83	1.961.912,51	6,95
Venda a prazo s/ST				221,37	0,00		0,00
Venda à vista c/ST				18.912.061,56	87,36	26.107.005,55	92,47
Venda a prazo c/ST				1.039.766,22	4,80	164.172,22	0,58

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Nota: (1) Valores expressos em moeda nacional do ano corrente, Reais (R\$); (2) Índice expresso em percentual (%).

Destaca-se na análise vertical das vendas que as Vendas à vista com substituição tributária com um percentual que varia entre 85% e 90% da receita total em 2010 e 2011, respectivamente (Tabela 2).

A Tabela 3 relaciona os créditos oriundos de vendas com cartão de crédito ao longo dos anos de 2008 a 2011. Através da Análise Vertical verifica-se a proporção entre os créditos em relação ao crédito total a receber dos exercícios.

**Tabela 3 – Proporção dos créditos a receber com vendas efetuadas por cartão de crédito**

Contas	2008	AV 2008	2009	AV 2009	2010	AV 2010	2011	AV 2011
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Ativo Circulante	6.045.867,47	100,00	8.901.382,16	100,00	10.911.164,74	100,00	14.678.824,81	100,00
Outros Créditos	2.902.310,53	48,00	1.997.039,61	22,44	4.514.013,60	41,37	6.964.767,81	47,45
Cartões de Crédito		0,00		0,00	4.514.013,60	41,37	6.964.767,81	47,45
Redecard MT		0,00		0,00	319.270,34	2,93	365.450,31	2,49
Redecard SL		0,00		0,00	125.907,25	1,15	161.924,93	1,10
Redecard MD1		0,00		0,00	180.647,64	1,66	210.279,69	1,43
Banricompras		0,00		0,00	462.238,31	4,24	685.832,23	4,67
Redecard IG		0,00		0,00	790.374,04	7,24	1.031.758,58	7,03
Redecard TOT		0,00		0,00	151.477,93	1,39	252.886,35	1,72
Redecard AM		0,00		0,00	351.468,15	3,22	351.696,62	2,40
Redecard PA		0,00		0,00	112.482,90	1,03	133.797,78	0,91
Hipercard		0,00		0,00	469.506,65	4,30	865.084,13	5,89
Redecard AB		0,00		0,00	280.591,33	2,57	341.205,49	2,32
Redecard HR		0,00		0,00	124.014,39	1,14	145.430,08	0,99
Redecard MD8		0,00		0,00	467.396,03	4,28	644.149,77	4,39
Redecard C		0,00		0,00	52.998,77	0,49	176.081,11	1,20
Redecard PF		0,00		0,00	289.227,10	2,65	392.138,56	2,67
Redecard CII		0,00		0,00	336.412,77	3,08	562.882,16	3,83

Redecard BI		0,00		0,00		0,00	89.830,34	0,61
Redecard CH		0,00		0,00		0,00	472.892,44	3,22
American Express		0,00		0,00		0,00	81.447,24	0,55

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Nota: (1) Valores expressos em moeda nacional do ano corrente, Reais (R\$); (2) Índice expresso em percentual (%).

Identifica-se, por meio da Tabela 3, no ano de 2008, a dificuldade de mensurar uma composição mais detalhada das vendas, uma vez que o Balanço Patrimonial de 2008 e 2009 fornece dados sintéticos, sem detalhes que possam identificar um padrão ou tendência. Em 2010 e 2011 as informações são mais detalhas, verifica-se que os cartões representam uma parte significativa (47%) do ativo circulante.

Além disso, percebe-se a tendência a uma venda maior na filial MD8, C2 e CH. Além disso, os créditos com cartões sofreram um aumento, de 2008 a 2011 de 140% e novamente tem-se dificuldade de fazer julgamento baseados nos dois primeiros exercícios em análise, uma vez a identificação dos créditos a receber por filial vai traçar um perfil do comportamento da sucursal, bem com sua possível contribuição financeira.

**Tabela 4 – Análise Vertical do Estoque e o Ativo**

Indicador/ Ano	2008	AV 2008	2009	AV 2009	2010	AV 2010	2011	AV 2011
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Ativo	6.236.028,81	100,00	8.901.382,16	100,00	10.911.164,74	100,00	14.678.824,81	100,00
Circulante	6.045.867,47	96,95	8.283.656,96	93,06	9.532.462,32	87,36	12.938.088,42	88,14
Estoque	2.300.480,47	36,89	4.468.944,39	50,21	2.965.522,65	27,18	4.255.946,61	28,99
Estoque Inicial	2.300.480,47	36,89	4.468.944,39	50,21	2.965.522,65	27,18	4.255.946,61	28,99

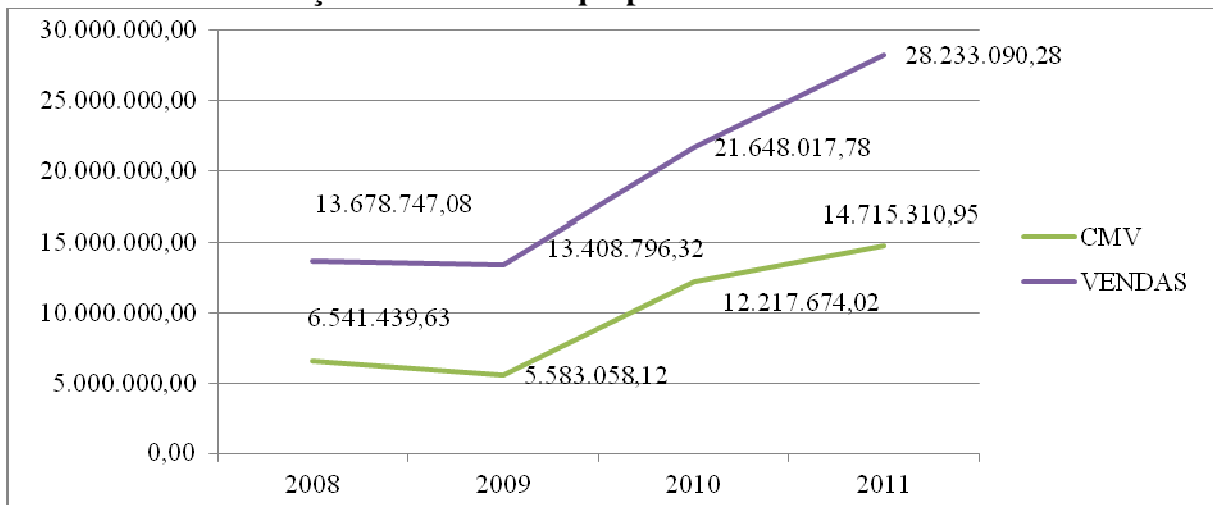
Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Nota: (1) Valores expressos em moeda nacional do ano corrente, Reais (R\$); (2) Índice expresso em percentual (%).

A dependência do estoque é de certa forma um aspecto preocupante, posto que, de acordo com a Tabela 4, no ano de 2011, 32,89% de seu ativo total são mercadorias adquiridas para a venda. Esse estoque possui um custo alto de mercadoria vendida que gira em torno de 50% variando em 5 pontos percentuais. É uma situação um pouco preocupante, pois o ativo circulante chega a ser 95,57% do ativo total em 2008, sofrendo queda pequenas, em torno de 2 pontos percentuais e tendendo a diminuir cada vez mais, contudo mantendo sua predominância nos recursos aplicados.

O Gráfico 1 é uma demonstração da proporção entre a Receita de Venda de Mercadorias e o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) ao longo dos exercícios de 2008 a 2011.



**Gráfico 1 - Demonstração do crescimento proporcional entre Vendas e CMV**

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Identifica-se o aumento do Custo da Mercadoria Vendida (CMV) em um pouco mais de 110% de 2008 à 2011, contudo a venda acompanha esse aumento, mantendo a proporção entre os dois no mesmo período, conforme o Gráfico 1. E, da mesma maneira que as dívidas com fornecedores do passivo circulante comportam-se: elas representam quase 70% das dívidas tendo foco no fornecedor que será chamado de JJ, responsável por 16% dos recursos que são aplicados no ativo, em 2011.

Verificaram-se outras obrigações, que isoladas podem não receber muita importância, como alugueis e energia elétrica. Todavia, elas podem vir a influenciar o resultado da empresa onde o aluguel representa 5% por cento das vendas e a tendência dessas obrigações como condomínios, energia elétrica e aluguel a aumentar entre 50% e 60% ao ano, impulsionadas pela criação de novas lojas, além do reajuste anual dos condomínios. Outro ponto que tem aumentado timidamente, mas requer atenção são as despesas com a folha de pagamento, representando quase 8% das vendas totais.

Como avaliação geral, percebe-se que a empresa gera muita receita, contudo não consegue gerir o Custo da Mercadoria Vendida (CMV) de modo que este diminua. A consequência é o aumento deste de forma proporcional e até um pouco maior em relação à Receita, acompanhando-a ao longo dos exercícios sociais. Na tabela 5 mostra os índices de liquidez da organização entre 2008 e 2011. Esses índices avaliam a capacidade financeira para saldar dívidas, baseados nas contas contábeis. Ele vai ser dividido em liquidez corrente, imediata, geral e seca.

**Tabela 5 – Índices de liquidez da empresa Divertiquedo**

<b>Indicador /Ano</b>	<b>2.008</b>	<b>2.009</b>	<b>2.010</b>	<b>2.011</b>
Liquidez Corrente	1,27	1,17	1,23	1,28
Liquidez Imediata	0,08	0,05	0,13	0,14
Liquidez Geral	1,32	1,26	1,34	1,45
Liquidez Seca	0,78	0,54	0,84	0,86

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Além das análises vertical e horizontal, existem outros meios de se medir o bom desenvolvimento da organização. Visualiza-se, por meio da Tabela 5, que a capacidade para liquidar dívidas é excelente. A liquidez geral de maneira superficial mostra que os recursos aplicados no Ativo geram condições de saldar todas as dívidas e ainda proporciona boas sobras: em 2011, por exemplo, a liquidez geral chega a ser de 1,45 e o seu pior desempenho (mas ainda excelente) é de 1,26, em 2009. Outro dado interessante a se considerar sobre a análise da liquidez da empresa Divertiquedo é o índice de liquidez, cujo resultado é bastante interessante, pois a empresa gera muita receita de revende de mercadorias, contudo grande parte dessas vendas são com cartão de crédito, o que exige atenção ao fato da empresa ter uma boa liquidez ou não.

No caso da Divertiquedo, o resultado com a liquidez corrente é relevante, pois seus recursos realizáveis em até um exercício subsequente não somente cobrem as dívidas de mesmo prazo como também permitem que se pense em investimentos com a sobra. Em 2011, o índice fica em 1,28, sofrendo um pequeno aumento em relação ao exercício anterior, com um valor de 1,23. Contudo, esse é um dado muito vago para se tomar uma decisão que vai afetar o resultado da empresa inteira. É importante de considerar a existência do estoque, um elemento cuja influência na decisão será grande, já que a liquidez seca mostra em 2008 uma liquidez capaz cobrir 78% das dívidas, assim como nos exercícios subsequentes: 54%, 84% e 86% de capacidade para cobrir obrigações a curto prazo, forçando o empresário a vender esse estoque para ter condições de possuir uma sobra financeira e fazer os investimentos necessários para a ascensão da organização.

Assim, percebe-se que a organização é forte como um todo, mas precisa estar atenta à composição de seus recursos aplicados no ativo circulante. Encerrando os índices de liquidez, é fundamental saber quanto se possui em recursos classificados contabilmente no Disponível usa a liquidez imediata. A consequência dessa análise é a verificação da veracidade de uma afirmação feita quando foi iniciada a análise da liquidez: a empresa depende muito de seus Créditos no curto prazo (vendas com cartões de crédito a receber) chegando a ter um índice equivalente a 0,05 em 2009 e alcançando um pico 0,14 em 2011, que tende a aumentar vagarosamente.

A liquidez da empresa deve ser conhecida e explorada, contudo ela não é o único elemento importante na decisão dos diretores. A seguir, será analisada a estrutura de capital (Tabela 6), cujo objetivo é conhecer a composição de contas que configuram a origem dos recursos da empresa, divididos em recursos próprios e de terceiros. Esta divide a análise nos seguintes índices: participação nos capitais de terceiros, composição do endividamento (dividido em curto e longo prazo), grau de imobilização do patrimônio líquido e de recursos não correntes.

**Tabela 6 – Índices da Estrutura de Capital**

<b>Indicador/Ano</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Participação Capital de Terceiros	0,76	0,79	0,74	0,69
Endividamento em Curto Prazo	0,76	0,79	0,71	0,69
Endividamento Total	3,09	3,83	2,92	2,23
Imobilização do Patrimônio Líquido	0,18	0,34	0,49	0,38

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Apesar de a empresa Divertiquedo ter um bom índice de liquidez geral, a participação de capital de terceiros pode trazer preocupações, devido percentual que varia entre 76% e 69%, de 2008 a 2011. A Tabela 7, a seguir, ajuda a entender tal índice de maneira que nessa ótica, a organização tem nessa distribuição, dentre muitos outros capitais de terceiros, os fornecedores A e B são as maiores dívidas, cuja dívida em 2011 é R\$ 1.680.000,00 e R\$ 2.444.000,00, respectiva e aproximadamente, com um percentual de 7,33% e 16,65% em relação à soma de recursos próprios e de terceiros. As dívidas para com o governo estadual, principalmente o ICMS, somam aproximadamente, R\$ 600.000,00. O endividamento total apesar de ter diminuído muito de 2008 a 2011, ele ainda é grande numa proporção de R\$ 2,23 de dívidas para cada real de capital próprio.

Ainda com relação aos endividamentos, o endividamento no longo prazo praticamente não existe e não representa 1% dos recursos aplicados. Em contrapartidas, os índices de endividamento no curto prazo possuem o comportamento praticamente igual à participação nos capitais de terceiros, tendo como representatividade para os mesmos fornecedores, outras dívidas de tal participação.

A Tabela 7 é uma base importante para o entendimento dos índices de estrutura de capital. Nela, estão relacionadas às maiores dívidas com terceiros da organização Divertiquedo nos anos de 2008 a 2011.

**Tabela 7 – Capital de Terceiros com maior representação no Passivo**

<b>Indicador/Ano</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
	(1)	(1)	(1)	(1)
Passivo	6.326.028,81	8.901.382,16	10.911.164,74	14.678.824,81
Circulante	4.778.189,81	7.059.482,84	7.780.464,37	10.131.654,76
Fornecedores	3.370.101,96	5.635.164,68	6.267.278,00	8.035.812,43
Fornecedores de Mercadorias	3.370.101,96	5.635.164,68	6.266.518,61	8.035.812,43
A			873.861,21	1.077.402,31
B			1.684.547,74	2.444.272,51
Obrigações	637.392,10	742.411,73	1.354.931,29	1.853.160,39
Obrigações Fiscais	637.392,10	742.411,73	569.348,52	606.422,95
ICMS a Recolher			307.666,10	49.608,64
Provisão para Imposto de Renda			189.761,36	404.349,74
Provisão para Contribuição Social			69.963,15	147.606,44
IR na Fonte a Recolher			41,86	128,96
IR S/Terceiros Cod 1708			79,64	232,37
IR S/Aluguéis Cod 3208			1.491,99	4.011,83
ISSQN A Recol. Tomador De Serviço			60,99	136,22
PIS, COFINS E CSLL Lei 10.833			283,43	348,75

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

(1) Valores expressos em moeda nacional do ano corrente, Reais (R\$).

Conforme a Tabela 7 verifica-se que a maior preocupação não é a dívida com o governo e sim, com os recursos de terceiros, com destaque aos fornecedores de mercadorias (brinquedos) A e B, com uma dívida de R\$ 1.077.402,31 e R\$ 2.444.272,51, respectivamente. Fazendo um paralelo com a Tabela 6 identifica-se que apesar do aumento das dívidas com fornecedores no curto prazo em R\$ 2.000.000,00, de 2010 a 2011, aproximadamente, o índice do endividamento manteve-se estável e até diminuiu um pouco com relação ao mesmo período.

A fim de compreender a análise da imobilização do patrimônio líquido, a Tabela 8 compreende o Ativo Imobilizado entre os anos de 2008 e 2011. Ela contribui para entender o raciocínio do grau de imobilização do patrimônio líquido. Ela compõe, além do imobilizado, os investimentos feitos em imóveis de terceiros (Benfeitorias) e o Ponto Comercial. Eles são separados em filiais para identificar o investimento feito em cada filial e após isso fazer o cruzamento entre o resultado e investimentos efetuados.

**Tabela 8 – Composição do Ativo Imobilizado entre 2008 e 2011**

<b>Indicador/Ano</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
	(1)	(1)	(1)	(1)
Imobilizado	163.321,14	318.720,87	1.326.457,01	1.718.214,44
Bens em Operação	163.321,14	318.720,87	1.012.802,92	1.050.970,52
Móveis e Utensílios	34.493,90	152.716,20	371.665,28	491.684,95
Veículos	73.800,00	99.800,00	559.570,60	459.570,60
Equipamentos de Informática	38.149,24	49.326,67	64.689,04	82.836,97
Instalações	16.878,00	16.878,00	1.878,00	1.878,00
Instalações Loja Total			15.000,00	15.000,00
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	102.523,58	341.168,94	524.280,69	897.414,46
Benfeitoria Depósito			65.109,84	123.159,00
Benfeitoria Loja Iguatemi			19.201,50	55.021,70
Benfeitoria Loja do Total			3.337,28	3.337,28
Benfeitoria Loja Marcílio Dias			4.160,00	4.160,00
Benfeitoria Loja Assis Brasil			81.780,64	84.554,49
Benfeitoria Loja Marc. Dias 816			74.948,20	78.128,20
Benfeitoria Loja Nações Unidas MTZ			43.717,10	111.695,57
Benfeitoria Loja de Passo Fundo			157.692,09	157.692,09
Benfeitoria Loja Independência S. L.			198,83	198,83
Benfeitoria Loja Canoas II			71.413,14	159.623,90
Benfeitoria Loja Canoas			2.722,07	102.037,44
Benfeitoria Loja Bebe Iguatemi				17.805,96
Ponto Comercial			68.095,95	214.650,80
Ponto Comercial Bourbon Shopping Nh				94.048,32
Ponto Comercial Bourbon Shopping Wallig			68.095,95	108.602,48
Ponto Comercial Shopping Pelotas				12.000,00

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

(1) Valores expressos em moeda nacional do ano corrente, Reais (R\$).

O grau de imobilização do patrimônio líquido varia de 18% a 38% do patrimônio líquido, entre 2008 e 2011, com um pico de quase 50% em 2010 e sofrendo uma queda de 11 pontos percentuais em um ano. O imobilizado é composto em por bens em operação e benfeitorias em imóveis de terceiros. Conforme a Tabela 8, os bens em operação aumentaram R\$ 391.757,43 de 2010 a 2011 com um destaque para os móveis e utensílios para as lojas e veículos para distribuição de mercadorias. As benfeitorias no mesmo período tiveram um aumento de aproximadamente R\$ 370.000,00.

A Tabela 9 representa os índices de rentabilidade da empresa Divertiquedo de 2008 a 2011 e será com base neles que será discutida feita a análise.

**Tabela 9: Índices de Rentabilidade de 2008 a 2011**

<b>Indicador/Ano</b>	<b>2.008</b>	<b>2.009</b>	<b>2.010</b>	<b>2.011</b>
Giro do Ativo	2,16	1,51	1,98	1,92
Margem Bruta	0,24	0,29	0,31	0,35
Margem Líquida	0,04	0,02	0,04	0,06
Retorno sobre o Ativo	0,09	0,03	0,07	0,12
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	0,35	0,16	0,29	0,39

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Conforme a Tabela 9 percebe-se que a eficiência dos ativos é boa mantendo um índice não menor que 1,50. Retomando a Tabela 3 e 8 infere-se que, além dos bens em operação, os investimentos em imóveis de terceiros (benfeitorias) contribuem para o aumento da eficiência, aliados ao aumento dos créditos no curto prazo com cartões, em especial o Redecard. Além disso, o Gráfico 1 mostra o aumento expressivo das vendas para manter o índice alto, embora que entre 2010 e 2011 ele tenha sofrido uma pequena queda.

Com relação à margem sobre lucro, percebe-se uma grande diferença entre a margem sobre o lucro bruto e líquido. Entre 2008 e 2011, a margem bruta passou de 24% sobre o lucro bruto para 35%, acompanhando um bom aumento principalmente em razão das vendas como evidencia o Gráfico 1. No que se refere à margem líquida, ela é quase nula, mantendo aumentos de até 2% ao ano. O retorno sobre o ativo é pequeno ainda, embora seja possível perceber um aumento cuja tendência é maior, totalizando 0,12 em 2011, resultado do ativo imobilizado e créditos no curto prazo (Tabelas 3 e 8). Com referência ao retorno sobre o patrimônio líquido (PL), a comparação com o PL é mais vantajosa do que com as vendas dos exercícios em análise, entretanto entre 2008 e 2010 ele se mostra inconstante consolidando uma tendência mínima entre 2009 e 2011, cujo aumento foi de mais de 20 pontos percentuais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo tem como objetivo averiguar se houve maior vantagem competitiva para a empresa Divertiquedo tendo como foco a adoção do SPED Contábil e, com base nas análises apresentadas, infere-se que adotar o SPED Contábil trouxe boas mudanças para a empresa Divertiquedo. A primeira dessas modificações está no plano de contas, cuja paridade com modelo disponibilizado pela Receita Federal do Brasil permitiu que as Demonstrações Financeiras tivessem um caráter analítico, muito diferente das Demonstrações desenvolvidas em 2008 e 2009 pelos profissionais contábeis da instituição.

As Demonstrações Contábeis com caráter analítico trouxeram maior satisfação aos analistas, cujo papel é mais bem desempenhado em função da posse de todas as contas contábeis da empresa no Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Assim, a tomada de decisão é mais eficiente, permitindo que se encontrem avarias com maior eficácia, além da possibilidade de descobrir com detalhes os pontos mais importantes, as operações mais perigosas à organização, como a predominância das vendas com o cartão de crédito Redecard.

Outra vantagem é a disposição do livro digital (SPED Contábil) em qualquer lugar a qualquer momento. Por ser um arquivo eletrônico guardado no repositório digital da RFB, é facilmente transportado para o computador e permite que o usuário tenha acesso a todas as informações, evitando ocupar espaço inclusive nos computadores das empresas.

Mas apesar da melhoria no processo de análise e gestão contábil pelo qual a Divertiquedo passou, devida adoção do SPED Contábil, há a necessidade de aprimorar mais esse sistema. Seria interessante poder formar as Demonstrações Financeiras filial a filial, podendo ter um panorama mais detalhado da organização: entender-se-ia o comportamento das sucursais com uma eficiência ainda maior. Além disso, é válida a possibilidade de se poderem consultar os lançamentos de determinada data, por exemplo, como se o usuário estivesse realizando uma consulta num sistema contábil.

Em face dessa necessidade, a empresa já está fazendo modificações em toda sua estrutura, a fim de desenvolver um sistema que facilite a transmissão de informações sem a necessidade de uma nova digitação no sistema. É em resumo, a implantação de um sistema integrado para toda a empresa. O objetivo final é a importação de dados, aproveitando a comunicação entre sistemas, bancos e outras ferramentas, inclusive as do governo, afim de que o tempo gasto em atividades operacionais seja menor para que os profissionais gastem mais tempo fazendo conferência conforme a essência dos acontecimentos da empresa e a análise das Demonstrações Financeiras.

Em contrapartida às descobertas de Jacinto (2011) em relação ao SPED Contábil são eventos que surgirão a partir da efetivação da implantação de um sistema para esse SPED.

Em suma, o SPED Contábil é uma ferramenta que somente está no início de suas modificações. As mudanças que virão produzirão efeitos positivos nas empresas, obrigando os gestores a entenderem sua organização nos mínimos detalhes. Esse é o objetivo de outras ferramentas em fase de teste: o SPED Social. Ele tem a função de gerar um arquivo com todas as informações atinentes à relação com o capital humano da empresa. Seria outra possibilidade de entender os gastos da Divertiquedo com a folha e saber mensurar se a gestão de pessoas é desenvolvida com competência, trazendo bons resultados para a empresa.

## **REFERÊNCIAS**

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2011.** Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26_R1.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **SPED – O que é.** Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=261>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

ECKERT, A.; SANTOS, E.; MECCA, M.; BIASIO, R. Vantagens e Desvantagens da Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital em uma Grande Empresa Industrial. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 3, n.3, p 82-93, set./dez. 2011.

ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL. **Convênio ICMS nº 143/06, 2006.** Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/2006/CV143\\_06.htm](http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/2006/CV143_06.htm)>. Acesso em: 23 mai. 2012.

IUDICIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos. **Manual de Contabilidade Societária.** São Paulo: Atlas, 2010.

JACINTO, M.. Escrituração contábil digital, a transparência das informações e o perfil do profissional contábil. **Revista Eletrônica da Faculdade de Ciência Humanas ESUDA.** v. 1, n.4, 2011.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Ajuste SINIEF Nº 09, 25 de Outubro de 2007.** Disponível em: < [http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Ajustes/2007/AJ\\_009\\_07.htm](http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Ajustes/2007/AJ_009_07.htm) >. Acesso em: 17 jun. 2012.

NOVAES, J. B. V.; BUCKER, P. P. A contabilidade na era digital: escrituração contábil digital. **Revista Ciências Gerenciais**, v. 14, n. 19, 2010.

ORTEGA, M. C. da S.; PILENGHY, M. M. O.. Procedimentos adotados no processo de Escrituração Contábil Digital – ECD no Sistema Público de Escrituração Digital SPED: Estudo de Caso numa Indústria de Granitos. **Revista Eletrônica Saber Contábil**, v. 1, n. 2, set./dez. 2001.

PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA. **Sobre a NF-e, 2005.** Disponível em: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=>>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

PORTAL DO CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO. **Perguntas Frequentes sobre o CT-e.** Disponível em: <<http://www.cte.fazenda.gov.br/PerguntasFrequentes.aspx?tipoConteudo=15imOVIDqPU=>>>. Acesso em: 17 jun. 2012.



RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável as Ciências Sociais. In BEUREN, Ilse Maria (org). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Ato Cotepe/ICMS nº 9, 2008**. Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/atos/atos\\_cotepe/2008/ac009\\_08.htm](http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/atos/atos_cotepe/2008/ac009_08.htm)>. Acesso em: 27 nov. 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa Nº 107, de 23 de Maio de 2008**. Disponível em: <<http://www.dnrc.gov.br/Legislacao/MinutaIN107maio2008.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa RFB n. 787 de 19 de novembro de 2007**. Institui a Escrituração Contábil Digital. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2007/in7872007.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **SPED – FAQ – SPED Contábil, 2009**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/faq/sped-contabil.htm>>. Acesso em: 10 de jun. 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **SPED – Nfe – Ambiente Nacional de 27 de agosto de 2005**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/nfe/default.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **SPED – SPED Fiscal – O que é, 2010**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal/o-que-e.htm>>. Acesso em: 8 mai. 2012.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED). **SPED – Sobre o Projeto - Apresentação, 2007**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

WESSLING, G. O. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e seus Impactos na Gestão das Informações Contábeis e Gerenciais. **Revista e-Estudante – Electronic Accounting and Management**. v. 3, n. 3, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.